



Prefeitura de Manaus

Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano (IMPLURB)

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 005/2012

05508S – ANALISTA MUNICIPAL ADMINISTRATIVA/ CONTABILIDADE

Nome do Candidato

Número de Inscrição

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

INSTRUÇÕES GERAIS

- O candidato receberá do fiscal:
Um Caderno de Questões contendo **60 (sessenta) questões** objetivas de múltipla escolha.
Uma Folha de Respostas personalizada para a Prova Objetiva.
- Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no Caderno de Questões, se a numeração das questões e a paginação estão corretas e se não há falhas, manchas ou borrões. Se algum desses problemas for detectado, solicite ao fiscal outro caderno completo. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- A totalidade das Provas terá a duração de **4 (quatro) horas**, incluindo o tempo para preenchimento da Folha de Respostas da Prova Objetiva.
- O candidato poderá se retirar da sala de prova após transcorridas **2 (duas) horas** do efetivo início da prova, entregando sua Folha de Respostas ao fiscal, a qual será o único documento válido para a correção.
- O candidato somente poderá levar o Caderno de Questões faltando **60 (sessenta) minutos** para o término do horário estabelecido para o fim da prova, desde que o candidato permaneça em sala até esse momento, deixando com o fiscal de sala a sua Folha de Respostas.
- Não serão permitidas consultas a quaisquer materiais, uso de telefone celular ou outros aparelhos eletrônicos.
- Caso seja necessária a utilização do sanitário, o candidato deverá solicitar permissão ao fiscal de sala, que designará um fiscal volante para acompanhá-lo no deslocamento, devendo manter-se em silêncio durante o percurso, podendo, antes da entrada no sanitário e depois da utilização deste, ser submetido a revista com detector de metais. Na situação descrita, se for detectado que o candidato estiver portando qualquer tipo de equipamento eletrônico, será eliminado automaticamente do concurso.
- Após o término da prova, ao sair da sala de prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de realização das provas, não podendo permanecer nas suas dependências, bem como não poderá utilizar os sanitários.

ATENÇÃO

- Verifique se seus dados estão corretos na Folha de Respostas.
- A Folha de Respostas NÃO pode ser dobrada, amassada, rasurada, manchada ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- Assinale a alternativa que julgar correta para cada questão na Folha de Respostas, usando caneta esferográfica de tinta preta ou azul. Para cada questão, existe apenas **1 (uma)** resposta certa – não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emendas ou rasuras.
- O modo correto de assinalar a alternativa é cobrindo, completamente, o espaço a ela correspondente, conforme modelo abaixo:



- Todas as questões deverão ser respondidas.

OS TEXTOS E AS QUESTÕES FORAM REDIGIDOS CONFORME O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA, MAS ESTE NÃO SERÁ COBRADO NO CONTEÚDO.



CONCURSOS PÚBLICOS

04/2012

Espaço reservado para anotação das respostas

PREFEITURA DE MANAUS – IMPLURB – CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 005/2012

05508S – ANALISTA MUNICIPAL – ADMINISTRATIVA/ CONTABILIDADE



Nome: _____ Inscrição: _____

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60

O gabarito da Prova Objetiva estará disponível no site da **Cetro Concursos (www.cetroconcursos.org.br)** a partir do dia **16 de abril de 2012**.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo para responder às questões de 1 a 5.

Remédios na dose certa

É cada vez maior a percepção, por parte das organizações, de que oferecer o plano de saúde não é o suficiente para garantir profissionais saudáveis e ativos no trabalho. “Um funcionário, por exemplo, falta para ir ao médico. Para realizar os exames solicitados, ele falta de novo. E para levar os resultados ao consultório, se ausenta mais uma vez. Se ele não tomar os remédios receitados, porque não tem dinheiro para comprá-los, poderá ser internado por conta da doença. Ou seja, não adiantou nada a empresa conceder a esse colaborador o plano de saúde”, diz o diretor executivo da Vidalink, Luís González.

A opinião do executivo justifica o interesse do mundo corporativo no benefício farmácia ou nos programas de PBM (do inglês *PharmacyBenefit Management*). Uma pesquisa feita pela Vidalink em 2010, com 120 empresas que, juntas, têm um faturamento equivalente a 8% do PIB brasileiro, concluiu que 68% delas ofereciam desconto em folha para a compra de medicamentos, enquanto 29% ofereciam subsídio – 19% das que ofereciam essa modalidade subsidiavam mais de 70% do custo dos remédios, enquanto o nível médio de subsídio era de 53% sobre o valor do medicamento.

Na prática, nem sempre a empresa tem recursos financeiros para um programa de benefício que subsidie a aquisição dos remédios ou que englobe todos os seus colaboradores. Ela, contudo, pode buscar alternativas compatíveis com o seu orçamento. “Uma solução criativa é fazer um convênio com farmácias para conseguir descontos nos custos dos medicamentos”, afirma a gerente de *placement* e pesquisas de benefícios da Aon Hewitt, Renata Freire, lembrando que essa prática foi a opção de 48% das empresas que participaram de uma pesquisa recente feita pela consultoria. “Porém, vale ressaltar que essa ação não garante que o medicamento esteja sendo comprado por pacientes crônicos, o que afeta diretamente a gestão de saúde integrada.”

Outro caminho adotado por algumas companhias é fazer uma seleção dos profissionais que receberão o subsídio ou criar determinadas regras para a concessão do benefício. “Se a organização não tem condições financeiras de prover o benefício farmácia a todos os seus colaboradores, ela pode, por exemplo, subsidiar os funcionários com menor renda, decidir

dar subsídios apenas à compra de medicamentos genéricos, ou àqueles que possuem determinadas patologias ou doenças crônicas que mais prejudicam a produtividade no trabalho”, diz González. De acordo com ele, em geral, diabetes, hipertensão, colesterol e doenças pulmonares estão na lista dos principais males que afetam os profissionais e causam prejuízo às companhias. Outra doença cuja incidência vem aumentando ao longo dos últimos anos é a depressão.

Jacqueline Sobral – Revista *Melhor Online* (março/2012).

1. A respeito das informações presentes no texto, analise as assertivas abaixo.
 - I. Oferecer o plano de saúde não é o suficiente para garantir profissionais saudáveis porque não há condições reais para que todos sejam contemplados.
 - II. A pesquisa feita pela Vidalink em 2010 evidencia o fato de que as empresas não têm condições para atender aos funcionários.
 - III. O texto apresenta algumas alternativas para auxiliar os funcionários, como priorizar os mais necessitados, auxiliar na compra de medicamentos genéricos e outros tipos de ajuda.
 - IV. As doenças crônicas não podem ser incluídas na lista de prioridades em relação a medicamentos porque são de uso prolongado.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

2. No trecho do quarto parágrafo: “Se a organização não tem condições financeiras de **prover** o benefício farmácia a todos os seus colaboradores, ela pode, por exemplo, subsidiar os funcionários com menor renda”, a palavra destacada pode ser substituída, sem que haja prejuízo semântico, por
 - (A) “Se a organização não tem condições financeiras de **sanar** o benefício farmácia a todos os seus colaboradores, ela pode, por exemplo, subsidiar os funcionários com menor renda”.
 - (B) “Se a organização não tem condições financeiras de **fornecer** o benefício farmácia a todos os seus colaboradores, ela pode, por exemplo, subsidiar os funcionários com menor renda”.
 - (C) “Se a organização não tem condições financeiras de **buscar** o benefício farmácia a todos os seus colaboradores, ela pode, por exemplo, subsidiar os funcionários com menor renda”.
 - (D) “Se a organização não tem condições financeiras de **transferir** o benefício farmácia a todos os seus colaboradores, ela pode, por exemplo, subsidiar os funcionários com menor renda”.
 - (E) “Se a organização não tem condições financeiras de **recomendar** o benefício farmácia a todos os seus colaboradores, ela pode, por exemplo, subsidiar os funcionários com menor renda”.

3. As alternativas abaixo apresentam trechos modificados do texto. Assinale a que apresenta **erro** ortográfico.

- (A) É cada vez maior e mais nítida a percepção, por parte das organizações, de que oferecer o plano de saúde ideal não é o suficiente para garantir profissionais saudáveis e ativos no trabalho.
- (B) Se ele não tomar os remédios anteriormente receitados, porque não tem dinheiro suficiente para comprá-los, poderá ser constantemente internado por conta da doença.
- (C) Na prática, nem sempre a referida empresa tem recursos financeiros acessíveis para um programa de benefício que subsidie a aquisição dos remédios ou que englobe todos os seus colaboradores.
- (D) Outro caminho muito adotado por algumas companhias é fazer uma seleção prévia dos profissionais que receberão o almejado subsídio ou criar determinadas regras para a concessão do benefício.
- (E) Se a atual organização não tem condições financeiras de prover adequadamente o benefício farmácia a todos os seus atuais colaboradores, ela pode, por exemplo, subsidiar os funcionários com menor renda.

4. Observe o trecho abaixo.

“É cada vez maior a percepção, por parte das organizações, de que oferecer o plano de **saúde** não é o suficiente para garantir profissionais saudáveis e ativos no trabalho.”

Assinale a alternativa cuja palavra destacada apresenta a mesma regra de acentuação da palavra “**saúde**”.

- (A) Um **funcionário**, por exemplo, falta para ir ao médico. Para realizar os exames solicitados, ele falta de novo.
- (B) A opinião do executivo justifica o interesse do mundo corporativo no benefício **farmácia** ou nos programas de PBM.
- (C) **Porém**, vale ressaltar que essa ação não garante que o medicamento esteja sendo comprado por pacientes crônicos, o que afeta diretamente a gestão de saúde integrada.
- (D) Na **prática**, nem sempre a empresa tem recursos financeiros para um programa de benefício que subsidie a aquisição dos remédios ou que englobe todos os seus colaboradores.
- (E) De acordo com ele, em geral, diabetes, hipertensão, colesterol e doenças pulmonares estão na lista dos principais males que afetam os profissionais e causam **prejuízo** às companhias.

5. As afirmativas abaixo apresentam uma preposição destacada, **exceto** uma. Assinale-a.

- (A) “É cada vez maior a percepção, por parte das organizações, **de** que oferecer o plano de saúde não é o suficiente para garantir profissionais saudáveis”.
- (B) “Se ele não tomar os remédios receitados, porque não tem dinheiro **para** comprá-los, poderá ser internado por conta da doença”.
- (C) “**Uma** pesquisa feita pela Vidalink em 2010, com 120 empresas que, juntas, têm um faturamento equivalente a 8% do PIB brasileiro”.
- (D) “Outro caminho adotado **por** algumas companhias é fazer uma seleção dos profissionais que receberão o subsídio ou criar determinadas regras para a concessão do benefício”.
- (E) “De acordo **com** ele, em geral, diabetes, hipertensão, colesterol e doenças pulmonares estão na lista dos principais males que afetam os profissionais e causam prejuízo às companhias”.

Leia o texto abaixo para responder às questões de 6 a 9.

Segundo o gerente executivo de negócios PBM da Orizon, Allan Assumpção, geralmente uma carteira de beneficiários possui, em média, 10% de doentes crônicos que correspondem a mais de 70% dos custos com saúde. “Esses usuários compram mensalmente medicamentos, enquanto os demais 90% compram esporadicamente. A identificação e a criação de programas que permitam a adesão ao tratamento de suas doenças crônicas são ações-foco do PBM.”

O diretor de negócios Marcos Brêda, acrescenta que o mapeamento e o tratamento das doenças crônicas são fundamentais não apenas para aumentar a produtividade no trabalho, mas também para diminuir o custo que as empresas têm com os planos de saúde. “Os relatórios clínicos ajudam muito o RH e os departamentos médicos das empresas. Sabe-se atualmente que as doenças crônicas representam mais de 75% dos custos de sinistralidade dos planos de saúde. O benefício farmácia, de fato, diferencia as empresas no mercado competitivo de hoje.”

Para Assumpção, o número de organizações que têm seus benefícios de medicamentos administrados por gestoras especializadas vem crescendo devido a fatores como redução dos custos de administração dos benefícios, facilidade de atendimento em farmácias credenciadas em todo o território nacional e disponibilização de informações epidemiológicas, estatísticas e gerenciais das carteiras de clientes. Quem também percebe o maior interesse das empresas é Luiz Felipe Bay, diretor de negócios corporativos. “Observamos um crescimento mais elevado e consistente da demanda, especialmente nos últimos três anos, pois as empresas estão

cada vez mais interessadas em cuidar da saúde de seus colaboradores por meio de uma gestão em todas as frentes, seja por intermédio de planos de saúde, planos odontológicos, e benefício farmácia”, avalia. Para ele, isso ocorre por dois motivos essenciais: assegurar mais eficiência com colaboradores mais assistidos e reduzir custos graças a uma gestão integrada de saúde.

6. “Sabe-se atualmente que as doenças crônicas representam mais de 75% dos custos de **sinistralidade** dos planos de saúde”.

A palavra destacada origina-se da palavra sinistro que, no contexto no qual está inserida, possui aproximação de sentido com as palavras

- (A) acidente e dano.
- (B) ocorrência e familiaridade.
- (C) queda e inconsequência.
- (D) busca e deliberação.
- (E) apreensão e transporte.

7. Assinale a alternativa na qual o emprego da palavra “que” tenha a função de conjunção integrante.

- (A) O diretor de negócios Marcos Brêda, acrescenta **que** o mapeamento e o tratamento das doenças crônicas são fundamentais não apenas para aumentar a produtividade no trabalho.
- (B) A identificação e a criação de programas **que** permitam a adesão ao tratamento de suas doenças crônicas são ações-foco do PBM.
- (C) (...) Allan Assumpção, geralmente uma carteira de beneficiários possui, em média, 10% de doentes crônicos **que** correspondem a mais de 70% dos custos com saúde.
- (D) Para Assumpção, o número de organizações **que** têm seus benefícios de medicamentos administrados por gestoras especializadas vem crescendo devido a fatores como redução dos custos de administração dos benefícios, (...)
- (E) Observamos um crescimento mais elevado e consistente da demanda, especialmente nos últimos três anos, pois as empresas **que** estão cada vez mais interessadas em cuidar da saúde de seus colaboradores apresenta uma gestão em todas as frentes.

8. Em relação ao emprego e à classificação das palavras destacadas, correlacione as colunas e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

Coluna I

- 1. Verbo na forma nominal do gerúndio.
- 2. Verbo na forma nominal do infinitivo.
- 3. Verbo na forma nominal do participípio.

Coluna II

- () **Assegurar** mais eficiência com colaboradores mais assistidos e reduzir custos.
- () O número de organizações que têm seus benefícios de medicamentos administrados por gestoras especializadas vem **crescendo**.
- () Esses usuários tinham **comprado** mensalmente medicamentos, enquanto os demais 90% compram esporadicamente.
- () O tratamento das doenças crônicas são fundamentais não apenas para **aumentar** a produtividade no trabalho, mas também para diminuir o custo.

- (A) 2/ 1/ 3/ 2
- (B) 1/ 3/ 3/ 2
- (C) 2/ 1/ 2/ 3
- (D) 3/ 2/ 1/ 3
- (E) 2/ 3/ 2/ 1

9. As alternativas abaixo apresentam um advérbio destacado, **exceto** uma. Assinale-a.

- (A) Esses usuários compram **mensalmente** medicamentos, enquanto os demais 90% compram esporadicamente.
- (B) O diretor de negócios Marcos Brêda, acrescenta que o mapeamento e o tratamento das doenças crônicas são fundamentais **não** apenas para aumentar a produtividade no trabalho.
- (C) Os relatórios clínicos ajudam **muito** o RH e os departamentos médicos das empresas.
- (D) O benefício farmácia, de fato, diferencia as empresas no mercado competitivo de **hoje**.
- (E) As empresas estão **cada** vez mais interessadas em cuidar da saúde de seus colaboradores por meio de uma gestão em todas as frentes.

10. Leia o trecho abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas.

O diretor da empresa assegura que haverá mais _____ e segurança no tratamento dado aos funcionários e também ao processo de _____. É necessário _____, ainda, que há muitos pontos a serem discutidos, como a tão falada questão da _____.

- (A) acessibilidade/ rescisão/ frisar/ assiduidade
- (B) acessibilidade/ recisão/ frisar/ asciduidade
- (C) ascessibilidade/ rescisão/ frizar/ assiduidade
- (D) assecibilidade/ rescisão/ frisar/ aciduidade
- (E) acessibilidade/ ressição/ frizar/ assiduidade

RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Na última terça-feira, Edson e outros dois homens compareceram ao cartório. Cada homem solicitou uma certidão diferente (de nascimento, de casamento, negativa de propriedade). Fernando solicitou uma certidão de nascimento. A certidão solicitada por Gustavo saiu em 15 minutos. A certidão negativa de propriedade demorou 2 dias para ficar pronta. Trinta minutos foi o tempo que demorou para sair a certidão de nascimento. Sendo assim, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A certidão solicitada por Edson demorou 2 dias para ficar pronta.
- (B) Gustavo solicitou uma certidão de casamento.
- (C) A certidão de casamento demorou 15 minutos para ficar pronta.
- (D) A certidão de casamento foi solicitada por Edson.
- (E) Edson solicitou a certidão negativa de propriedade.

12. Considerando a proposição “Todo analista é bacharel” como verdadeira, é correto afirmar que

- (A) “Nenhum analista é bacharel” é uma proposição necessariamente verdadeira.
- (B) “Algum analista não é bacharel” é uma proposição verdadeira ou falsa.
- (C) “Algum analista é bacharel” é uma proposição necessariamente verdadeira.
- (D) “Algum analista é bacharel” é uma proposição verdadeira ou falsa.
- (E) “Algum analista não é bacharel” é uma proposição necessariamente verdadeira.

13. Se é verdade que “Nenhum SUMP é LAMP” e que “Alguns GRIMP são LAMP”, então é, necessariamente, verdade que

- (A) algum GRIMP não é SUMP.
- (B) algum GRIMP é SUMP.
- (C) nenhum GRIMP é SUMP.
- (D) algum SUMP é GRIMP.
- (E) nenhum SUMP é GRIMP.

14. Considere a afirmação A: “C ou D”, sendo C e D, por sua vez:

C: “Lucas é analista da área administrativa”.

D: “Se João é analista da área econômica, então Paulo é analista da área contábil”.

Sabe-se que a afirmação A é falsa, desse modo, é correto afirmar que

- (A) Lucas não é analista da área administrativa; João não é analista da área econômica; Paulo não é analista da área contábil.
- (B) Lucas é analista da área administrativa; João não é analista da área econômica; Paulo não é analista da área contábil.
- (C) Lucas não é analista da área administrativa; João é analista da área econômica; Paulo não é analista da área contábil.
- (D) Lucas é analista da área administrativa; João é analista da área econômica; Paulo não é analista da área contábil.
- (E) Lucas não é analista da área administrativa; João é analista da área econômica; Paulo é analista da área contábil.

15. Analise a seguinte afirmação: “Silvia é magra, ou Tatiana não é magra, ou Úrsula é ruiva” é falsa. Desse modo, é correto afirmar que

- (A) se Silvia é magra, Tatiana é magra, e se Tatiana é magra, Úrsula é ruiva.
- (B) se Silvia é magra, Tatiana é magra, e se Tatiana não é magra, Úrsula não é ruiva.
- (C) se Tatiana é magra, Silvia é magra, e se Tatiana não é magra, Úrsula não é ruiva.
- (D) se Tatiana não é magra, Silvia é magra, e se Tatiana é magra, Úrsula é ruiva.
- (E) se Silvia não é magra, Tatiana não é magra, e se Úrsula é ruiva, Tatiana não é magra.

16. “Vou à praia ou vou ao sítio. Corro ou não vou à praia. Descanso ou não vou ao sítio. Ora, não descanso”. Sendo assim, pode-se afirmar que

- (A) vou à praia e corro.
- (B) não corro e vou à praia.
- (C) não descanso e não corro.
- (D) vou ao sítio e não corro.
- (E) corro e vou à praia.

17. A lâmpada pisca ou o vaga-lume pisca. Se o vaga-lume pisca, então, a estrela não pisca. A estrela pisca se e somente se o olho não pisca. Ora, o olho não pisca. Logo, pode-se afirmar que

- (A) o vaga-lume e a estrela piscam.
- (B) a lâmpada e a estrela piscam.
- (C) a lâmpada e o vaga-lume piscam.
- (D) a estrela e o olho não piscam.
- (E) a lâmpada e o olho não piscam.

18. Felipe viajar é condição necessária para Daniela chorar, e é condição suficiente para Rachel descansar. Por outro lado, Luís sair com Rose é condição necessária e suficiente para Beatriz sorrir e é condição necessária para Rachel descansar. Beatriz não sorriu. Sendo assim, é correto afirmar que

- (A) Rachel descansou ou Luís saiu com Rose.
- (B) se Daniela não chorou, então Luís saiu com Rose.
- (C) Daniela chorou e Felipe não viajou.
- (D) Felipe viajou e Rachel não descansou.
- (E) Felipe não viajou e Luís não saiu com Rose.

19. “Se não abro a porta, abro a janela. Se estou insatisfeito, abro a porta. Se abro a porta, não estou insatisfeito. Se não estou insatisfeito, não abro a janela”. Logo, pode-se afirmar que

- (A) não abro a porta, estou insatisfeito e não abro a janela.
- (B) abro a porta, estou insatisfeito e não abro a janela.
- (C) não abro a porta, estou satisfeito e não abro a janela.
- (D) abro a porta, não estou insatisfeito e não abro a janela.
- (E) não abro a porta, não estou insatisfeito e abro a janela.

20. Se Fábio pratica natação ou Guilherme joga futebol, Hugo não joga vôlei e Ivo não faz musculação. Dessa premissa é correto concluir que

- (A) se Fábio pratica natação e Guilherme não joga futebol, Hugo joga vôlei ou Ivo não faz musculação.
- (B) se Fábio pratica natação e Guilherme não joga futebol, Hugo joga vôlei ou Ivo faz musculação.
- (C) se Fábio não pratica natação e Guilherme não joga futebol, Hugo joga vôlei ou Ivo não faz musculação.
- (D) se Fábio pratica natação e Guilherme joga futebol, Hugo joga vôlei ou Ivo não faz musculação.
- (E) se Fábio não pratica natação e Guilherme joga futebol, Hugo não joga vôlei ou Ivo não faz musculação.

NOÇÕES DE DIREITO

21. A respeito da licitação e de acordo com a Lei nº 8.666/93 que a rege, analise as assertivas abaixo.

- I. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.
- II. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666/93, devendo protocolar o pedido até 10 (dez) dias úteis da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 5 (cinco) dias úteis.
- III. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- IV. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante o impedirá de participar no processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I e III, apenas.

22. De acordo com a Lei nº 8.666/93, que regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, assinale a alternativa correta.

- (A) No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos e subjetivos definidos no edital ou convite.
- (B) Poder-se-á considerar oferta de vantagem não prevista no edital ou no convite, desde que vantajosa para a Administração, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, bem como preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.
- (C) É permitida a utilização de elemento ou critério sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado desde que o serviço ou obra licitados assim o exijam.
- (D) Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.
- (E) Após a fase de habilitação ainda será possível a desistência de proposta, como regra.

23. Sobre a licitação, segundo a Lei nº 8.666/93, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação.
- (B) A Administração poderá celebrar o contrato com preterição da ordem de classificação das propostas ou com terceiros estranhos ao procedimento licitatório, desde que excepcionalmente e de forma justificada, comprovando que há manifesta vantagem à Administração Pública.
- (C) Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas na lei, facultada, no caso do convite, a redução deste prazo para 3 (três) dias úteis.
- (D) A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto em lei.
- (E) No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

24. Em relação à ação de improbidade administrativa, regulamentada pela Lei nº 8.429/93, assinale a alternativa correta.

- (A) A ação de improbidade administrativa terá o rito ordinário e como autor apenas o Ministério Público.
- (B) A Fazenda Pública, quando for o caso, promoverá as ações necessárias à complementação do ressarcimento do patrimônio público.
- (C) É possível firmar-se conciliação, desde que abranja todos os pontos da demanda.
- (D) Estando a inicial em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a citação do réu para contestar no prazo de trinta dias.
- (E) Da decisão que receber a petição inicial não caberá recurso.

25. A respeito da revisão do processo administrativo, segundo a Lei nº 1.118/71, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) O prazo é de até cinco anos para ser requerida a revisão da sindicância ou do processo administrativo de que resultou a pena disciplinar, quando se aduzirem fatos ou circunstância suscetíveis de justificar a inocência do requerente.
- (B) Tratando-se de funcionário falecido ou desaparecido, a revisão poderá ser requerida por qualquer pessoa constante do seu assessoramento individual.
- (C) Não constitui fundamento para revisão a simples alegação de injustiça da penalidade.
- (D) Na inicial da revisão, o requerente pedirá dia e hora para inquirição das testemunhas que arrolar até o máximo de cinco.
- (E) Julgada procedente a revisão, tornar-se-á sem efeito a penalidade imposta, restabelecendo-se todos os direitos por ela atingidos.

26. Segundo a Lei de Improbidade Administrativa, Lei nº 8.429/93, analise as assertivas abaixo.

- I. Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário quando o autor da denúncia o sabe inocente.
- II. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos se efetivam liminarmente e se consolidam com a sentença condenatória, ainda antes de seu trânsito em julgado.
- III. A aplicação das sanções previstas na lei independe: da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, salvo quanto à pena de ressarcimento; e da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.
- IV. As ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas nesta lei podem ser propostas: até 3 (três) anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança; ou dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) IV, apenas.
- (E) II e III, apenas.

27. Nos termos da Lei nº 1.118/71, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Manaus, assinale a alternativa correta.

- (A) A aplicação das penas de advertência e repreensão é da competência de todas as autoridades administrativas em relação a seus subordinados.
- (B) Prescreverá em dois anos as faltas sujeitas à pena de demissão, à cassação de aposentadoria ou de disponibilidade.
- (C) São competentes para a instauração de processo administrativo o Prefeito, os Secretários e os Chefes de repartição.
- (D) O funcionário poderá ser exonerado a pedido em qualquer fase do processo administrativo a que estiver respondendo.
- (E) Da decisão final proferida no processo administrativo, não cabe interposição de recurso, devendo o funcionário ajuizar ação perante o Poder Judiciário.

28. A Lei Complementar nº 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal, regula o controle da despesa total com pessoal na Administração Pública. Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- (A) Para os fins da Lei Complementar nº 101/2000 e da Constituição Federal, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, que para os Municípios são de 40% (quarenta por cento).
- (B) É nulo de pleno direito o ato que resulte aumento de despesa com pessoal expedido nos 12 (doze) meses anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido na Lei.
- (C) Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgãos referidos na Lei que houver incorrido no excesso, entre outras providências, a criação de cargo, emprego ou função; alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa; provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança.
- (D) Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido na Lei, ultrapassar os limites então definidos, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois anos seguintes, sendo que pelo menos um terço no primeiro e dois terços no segundo.
- (E) Não alcançada a redução de despesa com pessoal no prazo estabelecido em Lei, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá receber transferências voluntárias e nem obter garantia, direta ou indireta, de outro ente, mas poderá contratar operações de crédito de qualquer natureza.

29. Considerando os termos da Lei nº 1.118/71 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Manaus, analise as assertivas abaixo.

- I. Ao funcionário é proibido referir-se de modo depreciativo, pela imprensa, em informações, parecer ou despacho, às atividades e atos da administração pública, podendo, porém, em trabalho assinado, apreciá-lo do ponto de vista doutrinário ou de organização do serviço com o fito de colaboração e cooperação.
- II. É compatível o exercício do cargo ou função pública municipal com o exercício de cargo ou função subordinado a parente até o segundo grau, especialmente quando se tratar de cargo ou função de imediata confiança e de livre escolha.
- III. Verificada em processo administrativo a acumulação proibida de cargos municipais, o funcionário perderá os dois cargos esteja de boa ou de má-fé.
- IV. Salvo o caso de aposentadoria por invalidez é permitido ao funcionário aposentado exercer cargo em comissão e participar de órgão de deliberação coletiva, desde que seja julgado apto em inspeção de saúde pela Junta Médica do Município, que precederá a sua posse e respeitado o disposto na lei.

É correto o que se afirma em






- (A) I e IV, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

30. A respeito da responsabilidade do funcionário público, segundo a Lei nº 1.118/71, é correto afirmar que

- (A) pelo exercício irregular de suas atribuições, o funcionário responderá apenas civil e administrativamente.
- (B) a responsabilidade civil decorre apenas do procedimento doloso do funcionário, que importe em prejuízo para a Fazenda Municipal ou para terceiros.
- (C) o funcionário será obrigado a repor, de uma só vez, a importância do prejuízo causado à Fazenda Municipal, em virtude de alcance, desfalque, remissão ou omissão, em efetuar recolhimento ou estradas nos prazos legais. Nos demais casos, a indenização dos prejuízos causados à Fazenda Municipal poderá ser liquidado mediante o desconto em folha, nunca excedente da décima parte do vencimento ou remuneração, na falta de outros bens que respondam pela indenização.
- (D) em se tratando de danos causados a terceiros, responderá apenas a Fazenda Municipal a indenizar o terceiro, não podendo o funcionário ser cobrado em caso de condenação daquela, mas poderá perder seu cargo.
- (E) a pena de demissão simples aplicada ao funcionário importa na sua exclusão dos quadros do serviço municipal e na impossibilidade de registro do demitido ao serviço público municipal, antes de corridos cinco anos da aplicação da pena.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

31. Ao utilizar o navegador *Google Chrome* para acessar páginas da Internet, é possível excluir todo o histórico das páginas acessadas ao clicar no ícone

- (A)  , acessar a opção “Opções da Internet” e, na janela que surgir, (seção “Histórico de Navegação”), clicar no botão “Excluir”.
- (B)  e, na janela que surgir, clicar no botão “Excluir histórico de páginas”.
- (C)  , acessar a opção “Histórico” e, na página que surgir, clicar no botão “Limpar todos os dados de navegação”.
- (D)  , acessar a opção “Histórico de Navegação” e clicar no botão “Excluir Histórico”.
- (E)  e, na janela que surgir, escolher a opção “Limpar dados de navegação”.

32. Um usuário necessita imprimir algumas partes de uma planilha eletrônica que ele criou utilizando o *Microsoft Excel 2007*. Antes de imprimir, o usuário visualizou a impressão e percebeu que necessita imprimir somente as páginas 1 e 3 do documento todo. Dessa forma, pode-se afirmar que utilizar somente um comando de impressão do *Microsoft Excel 2007*, para imprimir essas duas páginas,

- (A) é possível, porque na janela de impressão do *Microsoft Excel 2007* existe a opção “Intervalo de Páginas”, onde é possível escrever no campo “Páginas” a sequência de páginas que devem ser impressas (nesse caso, escrever 1;3).
- (B) não é possível, porque o comando de impressão do *Microsoft Excel 2007* só permite imprimir múltiplas páginas (em um único comando), quando elas forem contínuas.
- (C) é possível, porque na janela de impressão do *Microsoft Excel 2007* existe a opção “Imprimir páginas não contínuas”, onde é possível escrever o número das páginas que devem ser impressas (nesse caso, 1-3).
- (D) é possível, porque na janela principal do *Microsoft Excel 2007* existe um ícone chamado “Imprimir Páginas”, bastando clicar nele e, na janela que surgir, indicar as páginas que devem ser impressas.
- (E) não é possível, porque o *Microsoft Excel 2007* não permite a impressão de múltiplas páginas utilizando um único comando de impressão.

33. Em relação ao sistema operacional Windows XP, analise as assertivas abaixo.

- I. A única maneira para alterar a resolução da tela é por meio do *Painel de Controle*.
- II. É possível alterar o tempo que será aguardado (computador inoperante) antes da entrada do protetor de tela, clicando com o botão direito do mouse na *Área de Trabalho*, selecionando *Propriedades* e acessando a guia *Proteção de Tela*.
- III. Não é possível configurar mais do que uma impressora como impressora padrão no *Windows XP*.

É correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) III, apenas.

34. Em relação à segurança da informação, ao falar sobre dispositivos ou aplicações que monitoram e controlam o fluxo do tráfego entre duas redes ou entre um host e a sua rede, evitando tráfego hostil na rede, é possível afirmar que o assunto se refere a

- (A) antivírus.
- (B) cookies.
- (C) arquivos criptografados.
- (D) PGP (*Pretty Good Privacy*).
- (E) Firewall.

35. Em relação aos serviços oferecidos via Internet, analise as assertivas abaixo.

- I. Para fazer ligações telefônicas utilizando o VoIP, é necessário utilizar um serviço de telefonia via Internet.
- II. *Plug-in* é um programa aplicativo que não necessita de nenhum outro programa para funcionar.
- III. O *Twitter* é um microblog, ou seja, um blog com limitação na quantidade de caracteres da mensagem publicada.

É correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) II, apenas.

36. Os programas de acesso a correio eletrônico (*e-mail*) necessitam ser configurados para que possam funcionar adequadamente. Uma dessas configurações é o tipo de protocolo utilizado pelo servidor de entrada de e-mail (servidor que armazena as mensagens antes que sejam lidas pelo programa de correio eletrônico). Dessa forma, assinale a alternativa que apresenta um tipo de protocolo de servidor de entrada de *e-mail*.

- (A) HTTP.
- (B) SMTP.
- (C) WWW.
- (D) POP3.
- (E) TCP/IP.

37. Na ferramenta de busca Google, a função dos *Filtros de SafeSearch* consiste em

- (A) limitar a quantidade de conteúdo sexual explícito que é apresentado nas buscas realizadas pelo Google.
- (B) restringir o acesso a dados sigilosos das organizações que por algum motivo estejam disponíveis para buscas realizadas pelo Google.
- (C) impedir que os dados pessoais dos usuários sejam encontrados em buscas realizadas pelo Google.
- (D) limitar a quantidade de páginas que são apresentadas simultaneamente em uma busca realizada pelo Google, impedindo que exista uma sobrecarga na memória do computador.
- (E) impedir o acesso a sites resultantes de buscas realizadas pelo Google e que contenham material impróprio para menores.

- (A) F/ V/ V/ F
- (B) V/ F/ V/ F
- (C) F/ F/ V/ V
- (D) V/ V/ V/ F
- (E) F/ V/ F/ V

38. Quanto aos conceitos relacionados ao processador de textos *Microsoft Word 2007*, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () Não é possível cancelar a operação do corretor ortográfico que corrige automaticamente quando são digitadas as duas primeiras letras de uma palavra como maiúscula.
- () Para inserir uma quebra de página utilizando um atalho do teclado, é preciso utilizar a combinação da tecla *CTRL* com a tecla *ENTER* (*CTRL + ENTER*).
- () O atalho de teclado que salva um documento é a combinação da tecla *CTRL* com a tecla *S* (*CTRL + S*).
- () Como padrão, o corretor ortográfico não leva em consideração, para efeito de verificação ortográfica, as palavras escritas completamente em letras maiúsculas.

- (A) F/ F/ V/ F
- (B) F/ V/ F/ V
- (C) V/ F/ V/ F
- (D) V/ V/ V/ F
- (E) F/ F/ F/ V

39. Sobre os conceitos relacionados ao *Windows XP*, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () É possível alterar o aplicativo padrão, que abrirá determinado arquivo, acessando as *Opções de Pasta*, selecionando o tipo de arquivo e escolhendo qual aplicativo será usado para abri-lo.
- () Mesmo que o atributo *Oculto* de um arquivo tenha sido selecionado, é possível observar a sua existência dentro de uma pasta.
- () No *Windows XP*, um nome de arquivo não pode apresentar o símbolo “/”.
- () Para impedir que alguém salve o conteúdo de um arquivo, evitando que se obtenha este conteúdo, basta selecionar o atributo *Somente Leitura* nas suas propriedades.

40. Foi criado um documento, utilizando o *Microsoft Word 2007*, que possui uma capa e mais quatro páginas de texto. Neste documento foi inserido um rodapé e, nele, foi inserida a numeração das páginas, porém, surgiram dois problemas:

1. a numeração aparece também na capa do documento, o que não deveria acontecer.
2. a primeira página de texto (página seguinte à capa) apresenta o número 2, quando a sequência de numeração deveria começar nela (página 1).

Para resolver esse problema, é preciso

- (A) configurar a numeração da página para que inicie com uma página em branco, ou seja, sem numeração.
- (B) para esse documento, acessar as opções do *Word* e configurar esse documento como um documento com capa.
- (C) acessar o rodapé da primeira página do documento (a capa) e excluir a numeração (*DEL*). Com isso, a numeração inicia a partir da segunda página.
- (D) nas opções de impressão, assinalar que a numeração não deve ser apresentada na primeira página.
- (E) em primeiro lugar, fazer com que o documento tenha um rodapé diferente na primeira página e, depois, iniciar a numeração do documento em 0 (zero).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41. A empresa de capital aberto ARS S/A, em atendimento à Lei nº 6.404/76, publicou suas Demonstrações Financeiras. Todavia, por falta de conhecimento integral da Lei, a empresa errou ao identificar uma das contas do Ativo. De acordo com o § 2º do artigo 176 da Lei nº 6.404/76, assinale a alternativa que apresenta esse **erro**.

- (A) Caixa e Equivalentes de Caixa.
- (B) Contas-Correntes.
- (C) Valores a Receber.
- (D) Partes Relacionadas.
- (E) Impostos e Contribuições a Recuperar.

42. Os Princípios de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional do País. Concernem, pois, à Contabilidade, no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o patrimônio das entidades. O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional. As seguintes bases de mensuração devem ser utilizadas em graus distintos e combinadas, ao longo do tempo, de diferentes formas: Custo histórico e Variação do custo histórico. Uma vez integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações decorrentes de alguns fatores. Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- (A) Valor presente: os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis. Os passivos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data ou no período das demonstrações contábeis.
- (B) Valor justo: os ativos são mantidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais poderiam ser obtidos pela venda em uma forma ordenada. Os passivos são mantidos pelos valores em caixa e equivalentes de caixa, não descontados, que se espera seriam pagos para liquidar as correspondentes obrigações no curso normal das operações da Entidade.
- (C) Custo corrente: os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações da Entidade. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de saída líquida de caixa que se espera seja necessário para liquidar o passivo no curso normal das operações da Entidade.
- (D) Valor realizável: é o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos.
- (E) Atualização monetária: os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

43. A empresa XYZ S/A, ao elaborar suas Demonstrações Financeiras, no final de 2011, encontrou no total do Ativo um valor de R\$2.000.000,00 e um Passivo de R\$500.000,00. O balanço estava correto, fechando os valores do Patrimônio Líquido, e a empresa tem capital fechado. Diante disso, o contador da empresa analisou as alterações produzidas no § 6º, do artigo 176, da Lei nº 6.404/76, pela Lei nº 11.638/2007, e detectou que a empresa estava desobrigada de publicar e elaborar a Demonstração

- (A) do Valor Adicionado.
- (B) dos Lucros ou Prejuízos Acumulados.
- (C) do Resultado do Exercício.
- (D) dos Fluxos de Caixa.
- (E) das Origens e Aplicações de Recursos.

44. Analise o balanço demonstrado abaixo.

Ativo		Passivo	
Caixa e equivalentes de Caixa	1.000,00	Fornecedores	500,00
Estoques	2.000,00	Salários a Pagar	500,00
		Resultado de Exercícios Futuros	1.500,00
		Capital	500,00
Total do Ativo	3.000,00	Total do Passivo	3.000,00

Esse foi elaborado em 31/12/2008, pela empresa Futuro S/A. De acordo com o artigo 299-B e seu parágrafo único da Lei nº 6.404/76, introduzidos pela Medida Provisória nº 449/08 que foi convertida na Lei nº 11.941/2009, o saldo existente na conta Resultado de Exercício Futuro deve ser reclassificado para outra conta. Diante do exposto, assinale a alternativa que apresenta a ordem da Lei.

- (A) Receita e Custo Diferidos no Passivo Não Circulante.
- (B) Receita e Custo Diferidos no Passivo Circulante.
- (C) Receita e Despesa no Circulante no Passivo Diferido.
- (D) Receita e Custo Diferidos no Patrimônio Líquido.
- (E) Apenas a Receita Futura no Patrimônio Líquido.

45. A Resolução nº 1.374/11 do Conselho Federal de Contabilidade aprovou a primeira revisão do Pronunciamento Conceitual Básico que dispõe sobre a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-financeiro. A referida resolução aprovou as características qualitativas de melhoria. Assinale a alternativa que **não** é considerada uma característica qualitativa de melhoria.

- (A) Comparabilidade.
- (B) Verificabilidade.
- (C) Tempestividade.
- (D) Relevância.
- (E) Compreensibilidade.

46. Uma empresa prestadora de serviços de construção civil tem entre seus clientes a Prefeitura de Manaus. Essa empresa, após vencer uma licitação pública para prestar serviços ao município, identificou a necessidade de adquirir um veículo de passeio para uso na prestação do serviço. O departamento de recebimento, quando da chegada do veículo, identificou na nota fiscal que o custo total do veículo foi de R\$50.000,00. Considerando que essa aquisição foi efetuada em 2 de janeiro de 2011 e que foi atribuído um valor residual de R\$5.000,00 para esse veículo, assinale a alternativa que apresenta o valor da despesa total de depreciação.

Utilize o método linear contabilizado no ano de 2011.
Obs.: Não houve qualquer incidência tributária nesta operação.

- (A) R\$10.000,00.
- (B) R\$12.000,00.
- (C) R\$9.000,00.
- (D) R\$3.750,00.
- (E) R\$750,00.

Considere as informações abaixo para responder à questão 47.

Parte do Balancete de Verificação

Ordenados e salários	3.000,00
Serviços de Terceiros	1.800,00
Materiais de Consumo	200,00
Luz, Água e Telefone	800,00
Depreciação	300,00
Comissão de Vendedores	1.800,00
Impostos e Taxas	100,00

Demonstração do Resultado

Receita Bruta de Vendas	80.000,00
Devoluções e Abatimentos	(2.000,00)
Impostos sobre venda	(10.000,00)
(=) Receita Líquida de Vendas	68.000,00
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(24.000,00)
(=) Lucro Operacional Bruto	44.000,00
(-) Despesas Operacionais	(8.000,00)
(-) Despesas Financeiras	(1.000,00)
(+) Receitas Financeiras	1.500,00
(=) Lucro Operacional Líquido	36.500,00
(-) Outras Despesas Operacionais	-
(+) Outras Receitas Operacionais	-
(=) Resultado antes do IR	36.500,00
(-) Provisão do IR	(1.000,00)
(+) Resultado Após IR	35.500,00
(-) Participações	-
(=) Lucro Líquido do Exercício	35.500,00

47. Considere os dados acima extraídos da Demonstração do Resultado e do Balancete de Verificação da empresa Serviços Públicos S/A, uma sociedade de economia mista de capital aberto. Quando em atenção ao inciso V do artigo 176 da Lei nº 6.404/76 incluído pela Lei nº 11.638/07, ao elaborar a Demonstração do Valor Adicionado, o contador da empresa certamente encontrará o Valor Adicionado Total a Distribuir que consiste em

- (A) R\$ 51.200,00.
- (B) R\$ 52.400,00.
- (C) R\$ 50.900,00.
- (D) R\$ 35.500,00.
- (E) R\$ 80.000,00.

Considere as informações abaixo para responder às questões 48 e 49.

A Cia Indústria Pública S/A apresentou em seu livro Razão os seguintes saldos contábeis:

1. Banco conta movimento	180.000,00
2. Empréstimos Bancários Longo Prazo	90.000,00
3. Estoque de Produtos	60.000,00
4. Capital Social	80.000,00
5. Veículos	33.000,00
6. ICMS a Recolher	31.000,00
7. Custo dos Produtos Vendidos	250.000,00
8. Salários e Ordenados	21.000,00
9. Contribuições para o INSS	6.000,00
10. Desps com Provisão para Devedores Duvidosos	3.000,00
11. Depreciação Acumulada	5.000,00
12. Reserva de Capital	35.000,00
13. Vendas de Produtos	480.000,00
14. Impostos e Taxas	500,00
15. PIS e COFINS	15.000,00
16. ICMS sobre vendas	85.000,00
17. Horas-Extras	2.000,00
18. Fornecedores	22.000,00
19. PIS e COFINS a Recolher	3.500,00
20. Duplicatas a Receber	90.000,00
21. Despesas com Depreciação ou Amortização	5.000,00
22. Provisão para Devedores Duvidosos	4.000,00

48. Com base nos saldos acima apresentados, é correto afirmar que o total de débitos, após a elaboração do Balancete de Verificação, será de

- (A) R\$750.500,00.
- (B) R\$745.500,00.
- (C) R\$746.500,00.
- (D) R\$749.500,00.
- (E) R\$748.500,00.

49. Com base nos dados do Livro Razão da empresa Cia Indústria Pública S/A apresentados na questão anterior, após a elaboração do Balanço Patrimonial, e considerando que o resultado do exercício será totalmente transferido para conta de Dividendos a Pagar, será possível encontrar o

- (A) Índice de Liquidez Geral = 1,48.
- (B) Índice de Liquidez Corrente = 1,36.
- (C) Índice de Liquidez Imediata = 2,19.
- (D) Índice de Solvência Total = 2,38.
- (E) Índice de Liquidez Seca = 1,79.

50. As autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento são créditos adicionais. Os créditos adicionais classificam-se em: suplementares, especiais e extraordinários. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição de justificativa. De acordo com a Lei nº 4.320/64, no § 1º do artigo 43 em seus incisos, consideram-se recursos, desde que não comprometidos, **exceto**

- (A) o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.
- (B) os provenientes de excesso de arrecadação.
- (C) os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei.
- (D) o saldo negativo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.
- (E) o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que, juridicamente, possibilite ao poder executivo realizá-las.

51. Caso o município de Manaus, em um determinado período de apuração, tenha uma Receita Corrente Líquida no valor de R\$1.000.000,00, neste caso, obedecerá a Lei Complementar nº 101/00, em seu artigo 19 inciso III, se praticar uma despesa total com pessoal no valor de

- (A) R\$650.000,00.
- (B) R\$600.000,00.
- (C) R\$700.000,00.
- (D) R\$800.000,00.
- (E) R\$900.000,00.

52. De acordo com a resolução do CFC sobre Auditoria Interna, o relatório é o documento pelo qual a Auditoria Interna apresenta o resultado dos seus trabalhos, devendo ser redigido com objetividade e imparcialidade, de forma a expressar, claramente, suas conclusões, recomendações e providências a serem tomadas pela administração da entidade. O relatório da Auditoria Interna deve abordar, no mínimo, os seguintes aspectos, **exceto**:

- (A) o objetivo e a extensão dos trabalhos.
- (B) a metodologia adotada.
- (C) os principais procedimentos de auditoria aplicados e sua extensão.
- (D) eventuais limitações ao alcance dos procedimentos de auditoria.
- (E) a recomendação de demissão do contador resultante dos fatos constatados.

53. As novas demandas sociais estão a exigir um novo padrão de informações geradas pela Contabilidade Pública, e que seus demonstrativos devem ser elaborados de modo a facilitar, por parte dos seus usuários e por toda a sociedade, a adequada interpretação dos fenômenos patrimoniais do setor público, o acompanhamento do processo orçamentário, a análise dos resultados econômicos e o fluxo financeiro. Considerando a Resolução CFC nº 1.111/07 com a nova redação dada pela Resolução CFC nº 1.367/11, sobre os Princípios de Contabilidade sob a perspectiva do Setor Público, analise as assertivas abaixo.

- I. O Princípio da Entidade se afirma, para o ente público, pela autonomia e responsabilização do patrimônio a ele pertencente. A autonomia patrimonial tem origem na destinação social do patrimônio e a responsabilização pela obrigatoriedade da prestação de contas pelos agentes públicos.
- II. No âmbito da entidade pública, a continuidade está vinculada ao estrito cumprimento da destinação social do seu patrimônio, ou seja, a continuidade da entidade se dá enquanto perdurar sua finalidade.
- III. O Princípio da Oportunidade é base indispensável à integridade e à fidedignidade dos processos de reconhecimento, mensuração e evidenciação da informação contábil, dos atos e dos fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade pública, observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público.
- IV. Nos registros dos atos e fatos contábeis será considerado o valor original dos componentes patrimoniais. Valor Original, que ao longo do tempo não se confunde com o custo histórico, corresponde ao valor resultante de consensos de mensuração com agentes internos ou externos, com base em valores de entrada – a exemplo de custo histórico, custo histórico corrigido e custo corrente; ou valores de saída – a exemplo de valor de liquidação, valor de realização, valor presente do fluxo de benefício do ativo e valor justo.
- V. O Princípio da Competência não se aplica ao setor público.

É correto o que se afirma em

- (A) I, II, III, IV e V.
- (B) I, III e V, apenas.
- (C) I, II, III e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

54. De acordo com a Lei nº 8.666/93, a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. De acordo com a Lei nº 8.666/93, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, marque a alternativa correta.

- () A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
- () Os editais de licitação para a contratação de bens, serviços e obras poderão, mediante prévia justificativa da autoridade competente, exigir que o contratado promova, em favor de órgão ou entidade integrante da administração pública ou daqueles por ela indicados a partir de processo isonômico, medidas de compensação comercial, industrial, tecnológica ou acesso a condições vantajosas de financiamento, cumulativamente ou não, na forma estabelecida pelo Poder Executivo federal.
- () Serviço é toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, reforma, fabricação, recuperação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais.
- () Poderá participar da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários, o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica.

- (A) V/ V/ V/ V
- (B) F/ F/ F/ V
- (C) V/ F/ V/ F
- (D) V/ V/ F/ F
- (E) F/ V/ F/ V

55. A Instrução Normativa MPS/SRP nº 3, de 14 de julho de 2005, dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais e regula o Domicílio Tributário e o Estabelecimento. Embora a maioria dos artigos desta IN tenha sido revogada, restaram em vigor os artigos 743 e 745. O artigo 743 define que estabelecimento centralizador, em regra, é o local onde a empresa mantém a documentação necessária e suficiente à fiscalização integral, sendo geralmente a sua sede administrativa, ou a matriz, ou o seu estabelecimento principal, assim definido em ato constitutivo. O artigo 745 define que o estabelecimento centralizador será alterado de ofício, quando for constatado que os elementos necessários à Auditoria-Fiscal da empresa se encontram, efetivamente, em outro estabelecimento. A escolha ou a alteração do estabelecimento centralizador levará em conta, alternativamente, o estabelecimento empresarial que, **exceto**

- (A) possuir o maior número de segurados.
- (B) concentrar o funcionamento contábil.
- (C) concentrar o funcionamento de pessoal.
- (D) apresentar o maior valor de contribuição para a Previdência Social.
- (E) registrar o maior volume de faturamento.

56. Acerca dos requisitos do ato administrativo, assinale a alternativa correta.

- (A) A competência, como um dos requisitos do ato administrativo, é renunciável.
- (B) A competência é requisito discricionário do ato administrativo.
- (C) O objeto dos atos administrativos é a criação, modificação ou comprovação de situações jurídicas concernentes a pessoas, coisas ou atividades sujeitas à ação da Administração Pública.
- (D) A forma se apresenta como requisito vinculado do ato administrativo.
- (E) Motivo ou motivação é requisito vinculado do ato administrativo, consistindo na explicação, por escrito, da finalidade do ato.

57. A pretensão do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório, bem como, a pretensão de restituição dos lucros ou dividendos recebidos de má-fé, correndo o prazo da data em que foi deliberada a distribuição, prescreve em

- (A) 1 (um) ano.
- (B) 2 (dois) anos.
- (C) 3 (três) anos.
- (D) 4 (quatro) anos.
- (E) 5 (cinco) anos.

58. Acerca do procedimento das licitações, conforme as disposições da Lei nº 8.666/93, assinale a alternativa correta.

- (A) As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser posteriormente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.
- (B) Somente o interessado em participar da licitação é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666/93, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação.
- (C) Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- (D) A impugnação feita tempestivamente pelo licitante o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
- (E) É vedado ao licitante brasileiro cotar preço em moeda estrangeira, inclusive quando for permitido ao licitante estrangeiro.

59. Obrigação é a relação jurídica, de caráter transitório, estabelecida entre devedor e credor e cujo objeto consiste em uma prestação pessoal econômica, positiva ou negativa, devida pelo primeiro ao segundo, garantindo-lhe o adimplemento por meio de seu patrimônio. Em relação à modalidade de obrigação de dar coisa certa, é **incorreto** afirmar que

- (A) os frutos percebidos são do devedor, cabendo ao credor os pendentes.
- (B) se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, sofrerá o credor a perda, e a obrigação se resolverá, ressalvados os seus direitos até o dia da perda.
- (C) se para o melhoramento, ou aumento, empregou o devedor trabalho ou dispêndio, o caso se regulará pelas normas deste Código atinentes às benfeitorias realizadas pelo possuidor de boa-fé ou de má-fé.
- (D) até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acrescidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço; se o credor não anuir, poderá o devedor resolver a obrigação.
- (E) a obrigação de dar coisa certa não abrange os acessórios dela não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.

60. Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal

- I. quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade.
- II. quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento.
- III. quanto às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território da entidade tributante.

É correto o que está contido em

- (A) I, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.